

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.557 - RJ (2019/0110548-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : SINDICATO DAS EMP DE TRANSP DE PASS DE B MANSA E V RED  
**ADVOGADO** : RAFAEL JOSÉ DA COSTA - RJ093011  
**AGRAVADO** : LUMA KELLY DO CARMO COUTINHO  
**ADVOGADOS** : LÚCIA VIEIRA SOARES - RJ182693  
ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA VARRIOL - RJ127874  
ANA CAROLINA COUTINHO FONTENLA - RJ176271

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SINDICATO DAS EMP DE TRANSP DE PASS DE B MANSA E V RED contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

*"Ação de conhecimento objetivando a Autora a condenação do Réu ao pagamento de indenização por dano moral que teria sofrido com o bloqueio do cartão que utiliza para pagamento de passagens de ônibus, sem prévio aviso ou justificativa, em que pese haver créditos nele inseridos. Sentença que julgou procedente o pedido, condenado o Réu ao pagamento de R\$ 1.000,00, a título de indenização por dano moral. Apelação do Réu. Bloqueio do cartão da Apelada que somente seria legítima se, de fato, não constasse nenhum saldo já creditado. Prova documental que demonstrou que somente não houve a utilização do cartão no período de 01 a 04 de outubro de 2013, mesmo tendo a Apelada utilizado o cartão em todos os outros dias para se deslocar ao trabalho, o que permite inferir a ocorrência de bloqueio indevido por parte do Apelante. Apelante que não comprovou que inexistia crédito suficiente no cartão da Apelada no momento do seu bloqueio. Falha na prestação do serviço. Dever de indenizar. Dano moral configurado. Indenização arbi trada em montante compatível com a repercussão dos fatos narrados pela Apelada e com o caráter punitivo e pedagógico do instituto, bem como com o arbitrado em casos análogos. Precedentes do TJRJ. Desprovisionamento da apelação" (fl. 634 e-STJ).*

No recurso especial, foi apontada violação do artigo 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015 sob o argumento de que não foi apreciada alegação essencial para a solução da controvérsia, qual seja, que

*"A verdadeira relação jurídica existe entre passageiro e a empresa empregadora (que pode também ser um ente público), já que as empresas ou a administração pública (no caso de servidores públicos) é que carregam os cartões eletrônicos. Se, por falha eventual da empresa o cartão não é corretamente carregado, o problema não é do SINDPASS" (fl. 654 e-STJ).*

# Superior Tribunal de Justiça

Sem que fossem apresentadas contrarrazões (fl. 670 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O acórdão recorrido não apresenta nenhum dos vícios do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mais especificamente no que tange à omissão apontada pelo recorrente.

O recorrente defende sua ilegitimidade passiva, argumentando que o bloqueio no cartão se deu por falha no carregamento, o qual é feito pelo próprio empregador da usuária.

No entanto, tal hipótese foi expressamente afastada pelo Tribunal de origem ao adotar a fundamentação do Juízo sentenciante, que assim dispôs:

*"(...) Primeiramente, destaca-se que a alegação do réu de que os bloqueios teriam sido causados por fato exclusivo de terceiro, em razão da ausência de repasse dos valores pelo Município de Volta Redonda, não se sustenta em relação à parte autora, na medida em que o bloqueio do cartão só seria legitimado se de fato não constasse nenhum saldo já creditado em alguma das suas carteiras" (fl. 637 e-STJ).*

Não há falar, portanto, em deficiência na prestação jurisdicional.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

